



Construindo transição agroecológica no Mato Grosso: resistência ao modelo hegemônico da pecuária industrial

Building agroecological transition in Mato Grosso: resistance to the hegemonic industrial livestock model

PORTO, Sílvio Isoppo¹; AGUIAR, Diana²; MOURA, Fátima Aparecida³; WOHLFAHRT, Leonel⁴

Eixo temático: Economias dos sistemas agroalimentares de base agroecológica

Resumo: No Assentamento Roseli Nunes, as estratégias produtivas e de comercialização das famílias articuladas no movimento agroecológico constituíram um enclave de resistência. Entre 2005 e 2014, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) passou a acessar os mercados institucionais, o que possibilitou a diversificação produtiva de base agroecológica, contribuiu para a recomposição florestal e o resgate e promoção da biodiversidade, sobretudo por meio dos quintais produtivos articulados pelas mulheres. Por meio desse processo, a ARPA se fortaleceu enquanto ator socioprodutivo e político. A observação da experiência, no entanto, revela os desafios impostos pelo desmonte das políticas que balizaram essa experiência e o incentivo estrutural histórico à pecuária industrial. Ainda assim, percebe-se a persistência dos assentados organizados na ARPA em avançar na transição agroecológica, enfrentando o principal desafio de assegurar meios que viabilizem estabelecer conexões no território.

Palavras-Chave: pecuária industrial; assentamento de reforma agrária; transição agroecológica; mercado institucional.

Keywords: industrial livestock; agrarian reform settlement; agroecological transition; public procurement.

Contexto

O estado do Mato Grosso foi palco importante da estratégia do regime militar de promover, por meio de subsídios a projetos agropecuários, a atração de empresários e colonos rurais do Sul e Sudeste do país para a Amazônia Legal. A abertura de intensas frentes de expansão, marcadas pelo desmatamento e a expulsão de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais converteram-se na base do estabelecimento da pecuária industrial no país e no estado.

O estado do Mato Grosso possui o maior rebanho bovino do país (cerca de 31 milhões de cabeças), além de ser o maior estado brasileiro na produção de soja, milho e

¹Doutorando em Meio Ambiente e Sociedade pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilha), silvioporto@gmail.com

²Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), diana@fase.org.br

³Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), cidinha@fase.org.br

⁴Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), leonelwohlfaehrtphjp@gmail.com



algodão. Esse avanço do agronegócio constitui um contexto brutal no qual se dá a experiência que focalizamos neste estudo.

No Sudoeste do Mato Grosso, há quase vinte anos, o assentamento de reforma agrária Roseli Nunes se constitui em uma experiência de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. Mesmo sofrendo pressões diversas e uma série de incentivos públicos e privados para ceder à pecuária industrial, o movimento agroecológico organiza as famílias que resistem e contribuem para a soberania alimentar. As estratégias produtivas e de comercialização manejadas pelas famílias articuladas na Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), desde 2003, mostram que a agroecologia se faz com o pé no chão e a perseverança da organização social.

Descrição da Experiência

O Roseli Nunes é um assentamento que simboliza a resistência camponesa e a luta pela terra no estado. Situa-se em uma região de transição entre três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. No fim dos anos 1990, uma fiscalização do Ministério do Trabalho numa antiga fazenda de gado do município de Mirassol d'Oeste flagrou trabalhadores rurais que trabalhavam ali em condições análogas à escravidão. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lutou pela sua desapropriação para fins de reforma agrária. Em 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou a antiga fazenda na qual hoje estão assentadas 331 famílias, distribuindo seus cerca de 11 mil ha em lotes de 25 ha para cada família.

Na elaboração desse relato de experiência, a equipe realizou revisão bibliográfica e incursão a campo em abril de 2019, na qual foram realizadas entrevistas e grupo focal, visitas a áreas de produção de algumas famílias assentadas (quintais produtivos, pastoreio rotativo voisin), reunião com grupo de mulheres Abelhas Rainhas e com a ARPA – principal associação que acessa programas de compras públicas. Dessa forma, pôde-se ter um panorama das estratégias produtivas e de comercialização das famílias organizadas no movimento agroecológico em um contexto de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio.

Muitas das famílias que foram assentadas no Roseli Nunes são oriundas de outros estados, embora à época residissem na região de Cáceres (município polo dessa região e vizinho ao assentamento). Essas famílias assentadas vinham de trajetórias sociais distintas: algumas acumulavam conhecimento na produção de alimentos, incluindo frutas, legumes, verduras, grãos e produção de animais em pequena escala; algumas tinham familiaridade com o manejo da pecuária de leite, atividade bastante disseminada entre os sistemas de economia familiar do Sudeste e Sul do Brasil; outras, sobretudo os homens de algumas famílias, haviam trabalhado como “empregados” nas grandes fazendas de criação de gado da região.



A agroecologia como resistência contra-hegemônica ao modelo industrial insustentável

O assentamento Roseli Nunes representa historicamente um enclave de resistência frente às grandes propriedades rurais da região, onde predomina a produção de cana-de-açúcar, de gado e mais recentemente a soja. A maior parte dos estabelecimentos rurais em Mirassol D'Oeste são médios ou grandes, sendo a estrutura fundiária bastante concentrada. O assentamento está cercado por grandes empresas rurais, as quais simbolizam o modelo de produção hegemônico do agronegócio na região, sendo inclusive alvo frequente da contaminação por agrotóxicos pela fumigação aérea nas fazendas de monocultivo de soja e cana-de-açúcar do entorno. Há uma enorme pressão de fora para dentro, em relação aos sistemas de produção, levando a contradições internas, pois muitos assentados tendem a reproduzir o modelo das grandes fazendas em seus pequenos lotes de 25 ha, aplicando agrotóxicos no manejo das pastagens ou mesmo promovendo o confinamento de gado de corte.

As experiências agroecológicas constituídas no assentamento Roseli Nunes, no entanto, simbolizam a antítese dos sistemas industriais do agronegócio. Ao longo da trajetória de quase 20 anos do assentamento, parte das famílias passaram a vivenciar as dinâmicas agroecológicas, estabelecendo-as não como mera prática produtiva, mas como um referencial de desenvolvimento rural para a agricultura familiar e camponesa. Nesse contexto, surge a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), que abrange também famílias de mais dois assentamentos de reforma agrária da região. As dinâmicas agroecológicas envolvem a implantação de quintais produtivos, sistemas agroflorestais, manejo de pastagens, produção de sementes crioulas, organização produtiva e econômica das mulheres e comercialização de frutas, legumes e verduras.

Entre 2005 e 2014, a ARPA passou a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilitou a diversificação produtiva de base agroecológica (pois pagava um preço até 30% superior àqueles pagos aos produtos convencionais), oportunizou a participação das mulheres e jovens do assentamento, contribuiu para alguma recomposição florestal e o resgate e promoção da biodiversidade, sobretudo por meio do incremento dos quintais produtivos articulados pelas mulheres. Por meio desse processo de organização das famílias, a ARPA se fortaleceu enquanto ator socioproductivo e político, ao exercer, ao mesmo tempo, a mediação política para acessar o PAA e promover a gestão administrativa, financeira e operacional do projeto, possibilitando diversificar a produção, melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas e ampliar os canais de comercialização. A partir do PAA, a ARPA chegou a mobilizar 90 famílias do Roseli Nunes em torno do projeto de produção e comercialização agroecológica e mais 40 famílias de outros dois assentamentos da região.

No entanto, os retrocessos promovidos por forças conservadoras a partir de 2013, aceleradas com o impeachment-golpe de 2016 e com as eleições de 2018, têm sido crescentes. Como parte dos ataques aos direitos da agricultura familiar e camponesa



por meio de programas de austeridade neoliberal, o PAA perdeu força política, levando praticamente ao seu desaparecimento, com implicações diretas sobre os sistemas agroecológicos.

Resultados

A observação da experiência aponta para o incentivo estrutural à pecuária

Ao se estabelecerem em uma terra que já estava amplamente desmatada para o estabelecimento de pastagens, vindos de uma trajetória de trabalho na pecuária e diante do direcionamento do crédito público para a compra de gado (que fluía com mais facilidade do que crédito para outras atividades), para muitos assentados, a implementação da pecuária em suas parcelas era uma escolha quase inevitável.

Outro fator incentivador era que as únicas atividades que possuem estruturas e canais de comercialização que possibilitam vender a produção com regularidade e relativa facilidade é a pecuária (de corte ou de leite), devido à presença de frigoríficos, laticínios e uma cooperativa que processa leite na região, e que buscam o leite diretamente no assentamento. Pequenos grupos de famílias se unem para gerir tanques de resfriamento onde armazenam o leite até a próxima coleta do laticínio, que se dá a cada três dias.

Para muitas famílias, mesmo quando o preço do leite está demasiadamente baixo, a certeza de que será comprado regularmente lhes dá uma segurança de fluxo de caixa incomparável a outra atividade produtiva. Além disso, o gado pode ser vendido em um momento de necessidade, constituindo uma espécie de poupança para as famílias. Assim, a percepção do gado como estoque e fluxo de caixa, mediada pelas maiores possibilidades de comercialização, foi e segue sendo central na definição das estratégias produtivas das famílias.

Por outro lado, a comercialização da produção agroecológica encontra dificuldades históricas e estruturais, agudizadas em um contexto em que os programas de compras públicas estão sendo desmontados pelo projeto de austeridade neoliberal do atual governo. Nesse sentido, se a produção e comercialização agroecológica usualmente se dá dentro de um projeto social de resistência ao modelo hegemônico – que é amplamente promovido e subsidiado pelo Estado –, essa perspectiva de resistência é ainda mais fundamental no contexto atual.

Ainda assim, percebe-se a persistência dos assentados em avançar na transição agroecológica na contracorrente

As famílias que se engajaram na agroecologia recusaram a perspectiva de que o único caminho possível a seguir era o da pecuária que mimetize o modelo industrial dentro do assentamento. Mesmo tendo recebido lotes com pastagens degradadas pela antiga fazenda, fizeram de suas experiências de transição agroecológica nos quintais



produtivos um instrumento central da luta pela terra. Isso não quer dizer que as experiências sejam totalmente dicotômicas. Uma mesma família pode dedicar-se a experiências agroecológicas como quintais produtivos, criar pequenos animais (como porcos e galinhas) para autoconsumo e criar gado para vender o leite de forma relativamente integrada ao modelo industrial. A diversificação produtiva promovida pelas famílias, principalmente as que estão vinculadas ao trabalho da ARPA, representa a conjugação de uma estratégia de autoabastecimento - com os quintais produtivos e a produção dos pequenos animais para autoconsumo, mesmo antes de pensar a produção de excedentes para o mercado, o que representa autonomia e promoção da segurança alimentar e nutricional - associada a uma estratégia de geração de fluxo de renda e poupança.

Além disso, algumas famílias se preocupam em produzir alguns animais (bovinos) livres de vacinas e medicamentos, assim como raças rústicas de pequenos animais (galinhas e porcos) para o consumo da família. Uma das raças de porco identificadas no assentamento pode ser considerada uma raça crioula que praticamente está se perdendo, devido à substituição por raças de alta produtividade. Esses animais de raças rústicas além de contribuírem para a preservação da biodiversidade, são bem mais adaptados à alimentação à base de restos de vegetais, sem a necessidade de fornecer ração, além de serem mais resistentes a doenças. Ademais, no caso do porco crioulo, se por um lado leva mais tempo para crescer e engordar, quando é abatido, fornece tanto a carne, quanto a gordura (banha), assegurando assim autonomia para o uso doméstico para cozinhar, além de não correr o risco de comprar óleo de soja transgênico.

Há, ainda, processos mais recentes de manejo das pastagens por meio do Pastoreio Rotativo Voisin (PRV), que constituem mais um avanço no sentido da transição agroecológica e, mais uma vez, uma experiência que se dá nos marcos da resistência ao modelo hegemônico da pecuária industrial, este amplamente incentivado. No PRV, a principal estratégia para melhorar o rendimento da produção de leite é assegurar o acesso dos animais à alimentação de qualidade, ao longo do ano. Como o capim é o principal produto da dieta alimentar, o PRV consiste na implantação de pequenas áreas (“piquetes”) divididas igualmente em forma de um quadrado, manejando a pastagem por meio da modificação da disposição e formato dos piquetes, promovendo silagem de capim e realizando a introdução de novas forrageiras que sejam capazes de responder às condições de produção dos sistemas agroecológicos e ao regime de estresse hídrico durante os meses de maio e setembro, quando não chove na região.

Há dois principais limites para a implantação do sistema de PRV no assentamento: o custo inicial e a comercialização. Por um lado, o investimento inicial do PRV é alto, uma vez que necessita dispor dos mourões, arame, mangueira (para fornecimento e distribuição da água pelos piquetes) e os bebedouros para viabilizar a subdivisão da área da pastagem em piquetes. Por outro lado, a forma como a comercialização é operada atualmente dificulta que os sistemas pecuários agroecológicos avancem de forma plena, pois os laticínios atuam exclusivamente com a produção convencional de leite, não dispondo de sistema de coleta próprio que evite a contaminação e



garanta o reconhecimento da produção. Para ambos os fatores limitantes, não há políticas de incentivo que favoreçam a produção do leite agroecológico. Ao contrário, todos os incentivos apontam para o modelo industrial, o que impõe à agricultura familiar e camponesa engajada no movimento agroecológico no assentamento desenvolver estratégias em rede no sentido de fortalecer e viabilizar essas experiências.

Principal desafio: estabelecer conexões territoriais

A partir desse caso, é possível ilustrar como o maior desafio para as organizações que promovem hoje as experiências agroecológicas - em que pese toda a conjuntura política desfavorável no que tange aos direitos territoriais, sociais e ambientais - é assegurar meios que viabilizem estabelecer conexões nos territórios, tanto entre as organizações produtivas e de assessoria, quanto entre outras organizações e pessoas que residam nas áreas urbanas. Essa articulação pode se constituir em uma alternativa para ampliar a visibilidade das experiências agroecológicas, potencializar redes de comercialização e estabelecer um campo de resistência que permita se contrapor ao processo de desterritorialização que o agronegócio brasileiro vem promovendo em todas as áreas rurais do país. A Agroecologia é a alternativa mais viável política, econômica e ambientalmente para enfrentar o processo de degradação ecológica e o processo das mudanças climáticas, por meio da inclusão social, da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da justiça ambiental.